

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.120 - RJ (2020/0264274-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : HELENA GARCIA MOTA
ADVOGADO : CLEMILSON RODRIGUES PEIXOTO - ES016590

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA POR IDADE RURAL INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DIREITO AO BENEFÍCIO.

A parte recorrente alega violação dos arts. 11, VII e § 1º, 48, §§ 1º e 2º, 55, § 3º, 142 e 143 da Lei n. 8.213/1991, no que concerne à impossibilidade de extensão da eficácia da documentação relativa ao cônjuge da parte recorrida para fins de comprovação de início de prova material do exercício de atividade rural, visto que aquele teria mantido vínculo urbano, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No presente caso, verificou-se que o cônjuge do Recorrido exerceu atividade urbana.

Na esteira do decidido pelo STJ, tal fato, por si só, não descaracteriza a qualidade de segurado especial do Recorrido, porém os documentos em nome de seu cônjuge tornam-se imprestáveis para início de prova material em seu favor, sendo imprescindível nesta situação, que ela apresente documentos em nome próprio, o que não foi feito.

Não há, portanto, início de prova material em nome do Recorrido, o que leva necessariamente à conclusão que não há como considerá-lo segurado especial nos termos do art. 11 da Lei nº 8.213/91.

[...]

Esse é o caso dos autos, pois que sobejamente reconhecido, no acórdão vergastado, que o Recorrido, para fins de comprovação do início de prova material do exercício de atividade rural pretende se valer da documentação de seu cônjuge, a qual,

Superior Tribunal de Justiça

entretanto, não lhe é extensível em razão do fato de que o mesmo exerceu atividade urbana (fls. 284-285).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia alegada, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo – Súmula n. 211 – STJ”. (AgRg nos EREsp n. 1.138.634/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, Corte Especial, DJe de 19/10/2010).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019; e AgRg no AREsp 1.647.409/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente